



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

LEI MUNICIPAL Nº 682/14, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre indenizações de diárias aos agentes públicos do Poder Executivo de Inhacorá.

A PREFEITA MUNICIPAL DE INHACORÁ faço saber, que a Câmara Municipal de vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A concessão, pagamento e prestações de contas de indenizações de diárias aos agentes públicos do Poder Executivo da administração direta e indireta Município de Inhacorá, obedecerão as disposições desta Lei.

Art. 2º Aos agentes públicos que recebam autorização para se deslocarem do Município, com o objetivo de serviço ou capacitação de interesse da administração, será concedida indenização através de diárias, que se destinará a indenizar despesas com alimentação e estada.

Parágrafo único. A ocorrência de um dos elementos ensejadores de despesa previsto no caput concede o direito de indenização de diárias.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Seção I

Da autorização

Art. 3º O agente público que necessite deslocar-se da sede do Município, nos termos do art. 2º desta Lei, deverá solicitar autorização por escrito:

- I - ao Prefeito Municipal, no caso do Vice-Prefeito e Secretários;
- II - ao superior imediato, no caso de servidores;

§1º A solicitação deverá ser apresentada e deferida em até 2 dias úteis da data do deslocamento, e deverá conter as seguintes justificativas:

- I - correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do mandato ou cargo;
- II - em caso de treinamentos, cursos, eventos, justificativa acerca da necessidade prevista no plano de treinamentos da unidade administrativa a que pertence;
- III - resultados esperados para a Administração.

§2º A concessão de diárias para treinamentos, cursos, eventos ou congêneres será precedida de avaliação da entidade promotora quanto à habilitação jurídica e fiscal.

Seção II

Do Direito a Diárias

Art. 4º Não gera direito a diárias:

CMPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

I - o deslocamento que não originar nenhuma das espécies de despesas previstas a que se destinam as diárias;

II - quando o agente público beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não deslocar-se conforme solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos à tesouraria.

Seção III

Do Pagamento das Diárias

Art. 5º As diárias, a critério do solicitante, poderão ser pagas:

I – até a data do deslocamento;

II – ser incluída na próxima folha de pagamento.

CAPÍTULO III

DA PUBLICIDADE DAS DIÁRIAS

Art. 6º Todas as diárias concedidas serão divulgadas na rede mundial de computadores, no portal transparência do Município, no mínimo, com as seguintes informações:

I - Relação de diárias pagas

II - O nome do beneficiário das diárias

III - A quantidade de diárias recebidas

IV - O valor total das diárias

V - As datas de saída e de retorno

VI - O local de destino

VII - O motivo do deslocamento

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Seção I

Dos Elementos Integrantes do Processo de Prestação de Contas

Art. 7º Toda concessão diárias corresponderá a uma prestação de contas, no prazo de até cinco dias úteis do retorno do beneficiário ao Município:

I – Em caso de serviço ou representação do Executivo Municipal, comprovante que ateste a presença do beneficiário no local de destino e documentos que justifiquem a necessidade da concessão de diárias (transporte ou alimentação ou estada);

II – Em caso de participação em cursos, treinamentos ou eventos:

a) atestado ou certificado sobre a frequência;

b) documentos que justifiquem a necessidade da concessão de diárias (transporte ou alimentação ou estada);

Parágrafo único. A cada participação em treinamento, eventos, cursos ou congêneres, deverá haver avaliação da eficácia para a Administração, materializada em documento denominado de "registro de treinamento", onde constará:

I – Resumo do conteúdo trabalhado;

CMPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

- II – Sugestões de implementações práticas na Administração;
- III – Avaliação da Instituição quanto ao conhecimento técnico e atendimento dos objetivos do treinamento, curso, ou evento;
- II – Avaliação do superior imediato, conforme o beneficiário, sobre a eficácia da participação e resultados esperados.

Seção II

Das Penalidades pela não Prestação de Contas

Art. 8º Se o beneficiário não prestar contas no prazo fixado no artigo anterior, deverá indenizar, como penalidade pelo atraso, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor recebido por dia de atraso, até o limite das indenizações concedidas.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às devoluções, de que trata este artigo, poderão ser objeto de desconto em folha de pagamento, ou se não for possível este procedimento, inscrito em dívida ativa e cobrado administrativa ou judicialmente.

CAPÍTULO V
DO CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Art. 9º O valor da indenização por diária obedecerá à seguinte classificação:

I - Para viagens dentro da região será pago a despesa do servidor, mediante a apresentação de nota fiscal.

II - Fica fixado em R\$. 496,75 (quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), às diárias e ajuda de custo do Prefeito, Vice-Prefeito, quando em viagens ao Distrito Federal e outros estados.

III - Fica fixado em R\$. 273,50 (duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) a diária e ajuda de custo do Prefeito, Vice-Prefeito, quando em viagens a Porto Alegre e Região Metropolitana, bem como demais municípios fora da Região Celeiro, Missões e Grande Santa Rosa.

IV - Fica fixado em R\$. 413,45 (quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos) a diária e ajuda de custo dos Secretários, Diretores, Contador e Assessor Jurídico, quando em viagens ao Distrito Federal e outros estados.

V - Fica fixado em R\$. 236,34 (duzentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos) a diária e ajuda de custo dos Secretários, Diretores, Contador e Assessor Jurídico, quando em viagens a Porto Alegre e Região Metropolitana, bem como demais municípios fora da Região Celeiro, Missões e Grande Santa Rosa.

VI - Fica fixado em R\$. 342,50 (trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) a diária e ajuda de custo dos servidores municipais, quando em viagens ao Distrito Federal e outros estados.

VII - Fica fixado em R\$. 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) a diária e ajuda de custo dos servidores municipais, quando em viagens a Porto Alegre e Região Metropolitana, bem como demais municípios fora da Região Celeiro, Missões e Grande Santa Rosa.

DESPESA COM TRANSPORTE

CMPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

Art. 10. As despesas com transporte de ônibus e serviço de taxi serão ressarcidas mediante apresentação de comprovantes com os gastos efetuados, no limite de passagens de ida e volta por pessoa, e taxi na proporção dos dias de deslocamento, sendo no máximo de dez recibos.

Art. 11. O agente público poderá utilizar o seu veículo para deslocamento com objetivo de serviço ou capacitação de interesse da administração do poder executivo, bem como nos deslocamentos quando em representação do município, devidamente autorizados pelo Prefeito ou superior imediato, terá direito a indenização dos pedágios e da despesa de locomoção calculada pelo gasto médio de combustível por quilometro rodado, sendo que a quilometragem rodada deverá ser conforme se apresenta o itinerário anexo ao requerimento e deverá acompanhar documento que comprove a referida quilometragem.

Parágrafo único: ao valor total apresentado com despesas de deslocamento com utilização de veículo do agente público, serão acrescidos 20%, a título de desgaste do veículo;

- I- a quilometragem poderá ser comprovada com xerox de mapas que identifique o itinerário ou impressão de roteiro via internet.
- II- Na hipótese do deslocamento a serviço dar-se com mais de um agente público para o mesmo fim, a indenização a que se refere o art. 10 desta Lei será paga a apenas um dos agentes, escolhidos pela respectiva chefia imediata.
- III- O agente público deverá firmar declaração de que correrão sob sua inteira responsabilidade todos os encargos e despesas de manutenção e conservação do veículo.

Art.11. Os valores das indenizações constantes do Artigo 9º, de I à VII, poderão ser reajustados anualmente através de decreto executivo.

Art. 12. Revoga-se o Decreto executivo nº 1.758/13, de 01 de fevereiro de 2013, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE INHACORÁ – RS, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

Registre-se e Publique-se

CESAR CLAUDINEI RODRIGUES
Secretário de Administração

Cledi Savariz
CLEDI MARLI PIRES SAVARIZ
Prefeita Municipal